DOSSIÊ

ISSN 1984-5634

A RECUSA DA CELEBRAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A INTERFACE ENTRE OS POSICIONAMENTOS CRÍTICOS DE HISTORIADORES ACADÊMICOS E DE COLETIVOS NEGROS E INDÍGENAS NAS EFEMÉRIDES DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO (1988) E DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL (2000)

The refusal to commemorate: a reflection on the interface between the critical positions of academic historians and black and indigenous collectives in the celebrations of the Centenary of the Abolition of Slavery (1988) and the V Centenary of the Discovery of Brazil (2000)

PEDRO HENRIQUE BATISTELLA[1]

EDITORA-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 28/07/2023

ACEITO: 13/11/2023

RESUMO
Este artigo propõe uma reflexão sobre a interface no posicionamento crítico de historiadores e movimentos sociais em contextos de comemoração de efemérides nacionais. A partir dos casos de comemorações do Centenário da Abolição da Escravidão (1988) e do V Centenário do Descobrimento do Brasil (2000), é utilizado um determinado recorte documental reduzido que compôs a minha pesquisa de mestrado, a partir do qual analiso intervenções públicas de historiadores e historiadoras acadêmicas na imprensa escrita e manifestos divulgados por organizações negras e indígenas. Com base nisso, pôde-se constatar o posicionamento crítico comum entre os atores, tendo sido analisada as relações de tensionamento e de complementação entre os posicionamentos e intervenções públicas em suas dimensões ético-políticas e epistêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da História; historiografia; relações étnico-raciais.

ABSTRACT
This article proposes a reflection on the interface in the critical positioning of historians and social movements in contexts of commemoration of national ephemeris. Based on the cases of commemorations of the Centenary of the Abolition of Slavery (1988) and the V Centenary of the Discovery of Brazil (2000), a certain reduced documentary section that composed my master's research is used, from which I analyze public interventions by academic historians in the written press and manifestos disseminated by black and indigenous organizations. Based on this, the common critical positioning between the actors can be seen, with tension and complementing relationships being found between public positions and disciplines in their ethical-political and epistemic dimensions.

KEYWORDS: theory of History; historiography; ethnic-racial relations.

COMO CITAR:
BATISTELLA, P. H. A recusa da celebração: uma reflexão sobre a interface entre os posicionamentos críticos de historiadores acadêmicos e de coletivos negros e indígenas nas efemérides do Centenário da Abolição da Escravidão (1988) e do V Centenário do Descobrimento do Brasil (2000). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 397-419, dez.-mar., 2024.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista CAPES. Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação de Fernando Nicolazzi, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica (CNPq) e defendida no mês de maio de 2022. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-0982-5167.

O esforço pela inscrição de um determinado registro da história do Brasil que demarque a diversidade do "ser brasileiro" é um aspecto que concomitantemente vêm estabelecendo interfaces de tensão e complementação entre a trajetória de coletividades negras e indígenas e historiadores acadêmicos negros e brancos nas últimas décadas. A reflexão sobre a produção de histórias do Brasil em dimensões afro-indígenas passa pela reflexão dos compromissos ético-políticos com a tematização das agências e estratégias de resistência de homens e mulheres em distintas temporalidades frente aos sistemas de racialização e subalternização. Ademais, enseja, igualmente, a consideração de como tais condições foram motivadas pela ação dos movimentos negros e indígenas contemporâneas enquanto coletivos que produzem suas histórias e memórias, de modo a estabelecer um diálogo entre esses e as condições epistemológicas e teórico-metodológicas da escrita da história.

Levando isso em consideração, entende-se que a tematização das dimensões afro-indígenas na história brasileira significa tomar como problema de reflexão a condição, conforme expôs Michel Rolph-Trouillot, de que os "seres humanos participam na história não apenas como atores, mas também como narradores" (2016, p. 20), visto que "somente focalizando esse processo será possível desvelar as formas em que se entrelaçam num dado contexto" e, por consequente, "descobrir o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras" (2016, p. 55).

Conforme Valdei Lopes de Araújo (2022), o projeto moderno nacional brasileiro, emergido sob a ordem imperial escravista no século XIX, teve como pilares os ideais racistas de homogeneização através do embranquecimento da população como requisito para a aquisição da cidadania. Esse processo teve como uma das suas facetas fundamentais a estigmatização da diferença indígena e negra na produção da identidade nacional e a sua invisibilização como sujeitos históricos enquanto atores do presente e do passado da nação. Por conseguinte, o modelo de escrita da história do Brasil, forjado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a continuidade da herança europeia portuguesa, teve como matriz os homens brancos enquanto sujeitos da história nacional, o que sustentou as diversas manifestações da cultura de história na sociedade brasileira como o ensino de história, as comemorações e monumentos públicos, a historiografia disciplinada ao longo do século XIX e boa parte do século XX.

Subsumidos nesse processo, os acontecimentos históricos do primeiro contato das caravelas portuguesas de Pedro Álvares Cabral com os povos indígenas no litoral da Bahia e a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel compartilham o estatuto de acontecimentos-efemérides da nacionalidade brasileira desde o início da Primeira República ao constarem no primeiro calendário republicano de 1890. Pensar a condição comemorativa desses acontecimentos ao serem catalisados pela imperatividade do calendário nacional implica debruçarmos sobre as relações entre nação, raça

e etnicidade, memória e história, as quais agem na configuração do que é digno de celebração e àquilo que impera o silenciamento.

Em vista disso, este artigo propõe uma análise da interface entre historiadores e movimentos sociais nos contextos do Centenário da Abolição da Escravidão e do V Centenário do Descobrimento do Brasil, ocorridos respectivamente em 1988 e no ano 2000. O objetivo principal consiste na verificação da dinâmica de interface entre as narrativas elaboradas por historiadores e historiadoras profissionais, acadêmicos e por movimentos sociais no posicionamento crítico comum às dimensões eurocêntricas e racistas e aos silenciamentos constituintes da linguagem nacional brasileira.

Os contextos comemorativos em questão foram momentos de intensa condensação de debates públicos em torno de temas como identidade e memória nacional brasileira, desigualdades e preconceitos raciais e sobretudo em torno dos legados do colonialismo e da escravidão no Brasil do final do século XX. Para dar conta da distância temporal e das diferenças conjunturais entre os dois cenários, a perspectiva adotada parte do pressuposto que as demandas sociais por democratização não se encerraram no recorte cronológico convencional da transição democrática, entendendo que ambos os momentos manifestaram o anseio pela revisão de uma determinada representação hegemônica e canônica da história nacional como parte da agenda de luta por ampliação e consolidação de cidadania, igualdade e pluralidade étnico-racial.

Nesse sentido, busca-se refletir em torno dos seguintes questionamentos: Qual foi o papel dos movimentos sociais, especificamente de determinadas organizações negras e indígenas, e de determinados historiadores acadêmicos na conformação dos sentidos dos legados coloniais e escravocratas na sociedade brasileira do final do século XX? Quais os pontos de encontro e de desencontro entre intervenções públicas de historiadores e historiadoras e as representações históricas elaboradas no interior de coletivos negros e indígenas?

Para tanto, este texto está organizado em três momentos. Inicialmente é apresentado uma breve exposição sobre as relações entre identidade, raça, memória e nação com base em considerações de Rita Segato (1998) e Mario Rufer (2016), tematizando os aspectos pedagógicos e as produções de silenciamento e estigmatização de alteridades inerentes à linguagem comemorativa nacional. Com base nesses pressupostos teóricos, passou-se à tematização das efemérides do Treze de Maio e do Vinte e Dois de Abril, abordando especificamente o modo como a retomada da ordem democrática nas décadas de 1980 e 1990 condicionaram as disputas pelos sentidos de tais datas por parte de (1) coletivos vinculados ao Movimento Negro Brasileiro e ao Movimento Indígena Brasileiro e (2) historiadores acadêmicos nos principais meios de comunicação impressa. Por fim, com base no exposto anteriormente, são tecidas reflexões centradas na verificação da interação temática na crítica à linguagem comemorativa nacional entre os posicionamentos dos historiadores

e historiadoras e as manifestações dos movimentos negros e indígenas, considerando as relações de poder que fundamentam suas relações e tensões.

PODER, ESPAÇO PÚBLICO E USOS DO PASSADO

O marco teórico-metodológico da pesquisa fundamentou-se na mobilização da categoria de produção de história conforme utilizado pelos historiadores David W. Cohen (1994), Michel-Rolph Trouillot (2016) e Rufer (2009). De acordo com Cohen, a noção busca verificar os modos de "processamento do passado nas sociedades e cenários históricos em todo o mundo, e as lutas pelo controle das vozes e textos em inumeráveis cenários, os quais frequentemente animam o processamento do passado" (1994, p. 4). A identificação da dimensão das relações de poder é fundamental na perspectiva do historiador norte-americano, a qual é abordada também por Trouillot (2016) para pensar os processos e condições assimétricas de produção de narrativas sobre o passado, considerando as intrínsecas relações entre poder e silenciamentos nas representações históricas. Compartilhando dessas premissas, o modo de utilização dessa noção heurística por Rufer (2009) nos interessa especialmente, uma vez que o historiador argentino a articula com referenciais pós-coloniais, abordando as dimensões étnico-raciais nas práticas de produção de histórica. Desse modo, enquanto conceito heurístico, a categoria de produção de história refere-se às tentativas de gestão/administração do passado no espaço público que se manifesta em políticas e discursos de memória. Cabe destacar que a referência à administração do passado refere-se:

> [à] apropriação social das formas de ordenar, manipular e tratar de fixar, mediantes recursos diferenciados, o acesso e a significação das narrações sobre o passado. Esses recursos são narrativos (textuais, orais ou escritos), simbólicos (através de objetos que podem transferir ou conter conceitos e ideias precisas sobre o passado das sociedades), e performáticos (cerimonias ou atos que contêm uma capacidade semiótica: elas mesmas podem ser formas sociais de ordenar a transmissão de ideias/preceitos/marcas do passado). (RUFER, 2009, p. 35)

Assim, a noção de produção de história refere-se às práticas e discursos de produção de narrativas e representações do passado, levando em consideração as condições desiguais de poder e as disputas políticas e epistêmicas no espaço público. Por consequência, essa abordagem não se fundamenta na pretensão de verificar a inscrição do uso político do passado em sua relação com a evidência histórica disciplinar, mas sim em como os sentidos de evidência, tempo, passado e verdade histórica são produzidos e mobilizados em práticas sociais e institucionais, o que permite "analisar as dimensões políticas que subjazem nas lutas por interpretações e reavaliações do passado" (RUFER, 2009, p. 31).

Juntamente a essa categoria convém destacar que os fenômenos comemorativos conformam uma determina esfera pública de usos do passado fundamentada com base no lugar hegemônico de

enunciação do Estado-Nação. Em torno dessa questão sobre o espaço público, interessa aqui o destaque de que:

> (...) quando se discute sobre a representação da memória exercida no espaço público, importam as formas em que os mundos do passado são produzidos, narrados e incorporados em um presente que é experimentado em meio de relações de poder e diferença. (...) registrar os processos de debate e luta de significação das representações públicas do passado ajuda compreender que existem "múltiplas locações" da memória que entram em conflito. (RUFER, 2009, p. 77-78)

Assim, essa diversidade de lugares de enunciação corresponde aos setores da sociedade civil, de modo que esse espaço público comemorativo é constituído através das práticas e relações assimétricas de poder e diferença que se manifestam na tensão entre os lugares sociais de produção e enunciação de história e o dispositivo nacional comemorativo. A consideração da assimetria entre lugares de enunciação do passado que preenchem o espaço público comemorativo implica o reconhecimento de que historiadores e historiadoras e movimentos sociais partem de lugares epistêmicos[2], políticos e sociais distintos, uma vez que "não é qualquer discurso ou representação sobre o passado que tem o poder de advertência, contestação ou mudança, independentemente de que seja 'verdadeiro' ou não" (RUFER, 2009, p. 82).

Ademais, convém esclarecer que as reflexões realizadas derivam da análise de um conjunto de fontes que não foi integralmente exposto neste texto. Desenvolvidas ao longo de uma pesquisa de mestrado, tanto a análise quanto as reflexões não são apresentadas como resultados totalizantes e definitivos, mas sim como possibilidades de encaminhamento das discussões a respeito das relações entre historiografia e movimentos sociais manifestadas em modos de engajamento político na esfera pública brasileira, os quais foram observados a partir de contextos comemorativos. Neste sentido, é importante ressaltar que o conjunto de intervenções tomada como fontes de análise da pesquisa possui, em sua maioria, a autoria de sujeitos que reforçam um determinado cânone historiográfico conformado pela regularidade da identificação étnico-racial e de gênero branca e masculina, cujas trajetórias de formação estão ligadas ao espaço hegemônico do Sudeste de produção do conhecimento histórico. Assim, se, por um lado, a estrutura da abordagem de análise da relação entre esse cânone historiográfico e os coletivos negros e indígenas permite verificar como se constituíram aproximações e tensões nos usos do passado, por outro, a dimensão de trajetórias e

[2] Compreendo a categoria de "lugar epistêmico" a partir das considerações da historiadora Ana Carolina Barbosa Pereira (2018). Partindo de um diagnóstico da limitação da noção de "lugar social" de Michel De Certeau, Pereira define "lugar epistêmico" como um conceito que se refere concomitantemente a um compromisso ético-político e a sua dimensão de instrumento teórico-metodológico de investigação e análise. Ainda que elaborada para pensar a dinâmica de produção e consumo de cânones historiográficos da Teoria da História no Brasil, considera-se que sua operacionalidade pode ser útil para verificar as relações de poder que estão implicadas nas disputas pelo passado. Conforme demonstrou a historiadora na análise da suposição de universalidade da noção de cultura histórica de Jorn Rusen, as formas de experenciar, interpretar e apresentar o passado como história não devem ser tomadas como universais.

obras de intelectuais do pensamento social negro e indígena não será abordado por questões do escopo temporal e espacial.

A partir das considerações de Maria da Glória Oliveira (2018) e Rafael Trapp (2019) sabe-se que na reprodução de repertórios historiográficos canônicos brasileiros historicamente está subsumida a exclusão, o silenciamento e invisibilização de um numeroso conjunto de historiadores (as) e intelectuais negros e negras, de homens e mulheres indígenas que produziram conhecimento crítico e descolonizador fora, às margens ou no interior da historiografia e das ciências sociais brasileiras ao longo do século XX. Nesse sentido, esclarece-se, de antemão, que não se parte do pressuposto da separação entre ativismo social e a produção do pensamento negra e indígena que circulou e fundamentou a pauta desses coletivos entre as décadas de 1970 e 2000, dentro os quais podemos citar Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Ailton Krenak, pelo contrário, a tematização dessa relação indissociável consistiu em uma limitação da pesquisa. Não obstante, o interesse nessa perspectiva assumida justifica-se pela consideração da importância de se verificar como determinado cânone historiográfico interpretou e se interrelacionou com os discursos e representações sobre o passado nacional advindas dos movimentos negros e indígenas e, por consequente, dos pensamentos negros e indígenas. Com base nisso, para este artigo, o recorte temático definido privilegiou a análise de manifestos divulgados pelos movimentos sociais em questão, no qual foi exposto os sentidos críticos atribuídos às efemérides, a partir dos quais foi observado como tais discursos foram enquadrados pela lente dos historiadores e historiadoras.

NAÇÃO, EFEMÉRIDES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Conforme argumenta Rita Segato (1998), os discursos e representações nacionais, ao serem construídos e enunciados a partir do lugar de interlocução hegemônico do Estado-Nação, estão relacionados ao processo de "produção de alteridades históricas", cuja função consiste em dar forma ao "Outro" enquanto diferença estigmatizada no interior da nacionalidade. A partir dessa categoria, pode-se pensar como a representação do estereótipo do índio e do negro foi enquadrada na identidade nacional brasileira historicamente através de políticas de memória, políticas comemorativas e na enunciação dos mitos nacionais. Nesse sentido, há uma longa tradição de estudos na área da história da historiografia, da antropologia e da sociologia sobre a construção dos mitos nacionais brasileiros, como a democracia racial, a miscigenação das três raças e a cordialidade do brasileiro. Embora o processo de "produção de alteridades" nas narrativas históricas nacionais possua trajetórias distintas que remontam, pelo menos, ao século XIX, é possível afirmar, conforme Kabengele Munanga (2006), que a ideologia nacional da mestiçagem como suposta homogeneidade cultural foi estabelecida no regime ditatorial do Estado Novo a partir da realidade social concreta da diversidade étnico-racial que compõem a sociedade brasileira.

Em vista disso, as práticas comemorativas inseriram-se no processo moderno iniciado no final do século XVIII de enquadramento público das relações entre história, identidade e memória sob a linguagem nacional, por conseguinte, a construção da identidade e memória como representação unitária e homogênea funcionam enquanto estratégias de silenciamento dos processos de racialização excludente, modalidades de heteronormatividade de gênero e estruturas patriarcais e liberais. Assim, de acordo com Rufer (2016), a nação não é somente um lugar de enunciação hegemônico como também um enunciado manifestado através de práticas performáticas como as comemorações que cumpre a função de renovação dos laços identitários da comunidade, celebrando a origem e a trajetória percorrida (a tradição) a fim de exaltar o caminho do progresso nacional e conectando tal trajetória com os atores que praticam a comemoração.

Não obstante, a conjuntura da redemocratização explicitou a tarefa árdua do Estado-Nação brasileiro de atualização de tais mitos e representações históricas, problematizadas por intelectuais e associações negras desde a década de 1930. Conforme Jorge Ferreira (2018), a partir de 1982 a ditadura civil-militar perdeu o controle absoluto do processo de abertura política do regime devido ao aumento crescente da participação política da sociedade. Novos atores políticos com novos imperativos sociais centrados na luta pela expansão da cidadania passaram a fustigar o regime autoritário, processo que teria culminado nas conquistas de direitos estabelecidos pela Constituição de 1988.

A respeito dessa conjuntura, José Arruti e Luciana Heymann (2012) destacam como as balizas dos discursos nacionais centrados na homogeneidade e na unidade nacional foram o alvo de pano de fundo dos novos questionamentos trazidos com a lenta abertura política, transcendendo inclusive a década de 1980. Nesse sentido, conforme o antropólogo e a historiadora, o processo de redemocratização "veio acompanhado de debates sobre a memória nacional que incorporaram largamente o tema da tradição e da diversidade cultural e étnica, ainda que sob resistência, relutância e contradições do ponto de vista oficial" (ARRUTI, HEYMANN, 2012, p. 17). Situam-se, nesse processo, a constituição do Movimento Negro Unificado e de organizações indígenas que se mobilizaram politicamente através da enunciação de memórias e identidades políticas baseadas nas noções de etnia e raça, ocupando o espaço público brasileiro com uma pauta de denúncia dos processos de dominação, hierarquização, discriminação e violência historicamente sofridos.

Em vista disso, os dois cenários comemorativos em questão servem como prismas para a observação dos debates públicos suscitados sobre a memória nacional referente às violências de Estado em seu processo de formação nacional, os (des)caminhos trilhados pela nação e seus desafios e projeções de futuro. As efemérides do Treze de Maio e do Vinte e Dois de Abril implicaram grandes desafios aos governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso respectivamente, uma vez que

foram momentos não somente de enunciação das feridas históricas (CHAKRABARTY, 2007) do colonialismo e da escravidão, como bem expuseram a realidade contemporânea de desigualdade social e étnico-racial consequentes do processo formativo da nação brasileira. Como será explorado abaixo, em ambos os casos a repressão das forças policiais e militares às manifestações críticas dos movimentos sociais foi protagonista, o que pode ser considerado um indício da impossibilidade funcional das políticas comemorativas em catalisar o espaço público em torno da celebração das efemérides nacionais.

MÚLTIPLOS SENTIDOS DO 13 DE MAIO

A trajetória histórica das datas do Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril trilharam caminhos distintos na história republicana brasileira, porém ambas foram demarcadas no primeiro calendário cívico de 1890 enquanto efemérides que celebravam a "fraternidade nacional". No que diz respeito ao Treze de Maio, Petrônio Domingues (2007) demonstra que o período da Primeira República condensou um conjunto de significados polissêmicos em torno do acontecimento da Abolição da Escravidão. Tecidos por camadas de interpretações e memórias de diferentes lugares de enunciação, o Treze de Maio entrelaçava sentidos cívicos e nacionais que expressavam a união dos brasileiros, a construção de representações laudatórias dos abolicionistas e da Princesa Isabel com lembranças vivas do período da escravidão e retóricas por direitos e demandas pela ampliação da cidadania expressas em jornais da impressa negra e pelos "homens de cor". Não obstante, o historiador argumenta que as condições da Primeira República não possibilitaram a enunciação da resistência escrava, o que não implica considerar que a população negra se relacionava de maneira alienada e passiva perante as comemorações do Treze de Maio (DOMINGUES, 2007).

Essa dimensão do protagonismo e da agência dos escravizados na luta contra o sistema escravista com a data da efeméride republicana passou a figurar na agenda política do movimento negro na década de 1970. O Grupo Palmares, fundado em 1971 em Porto Alegre, possui um papel central nessa conjuntura ao ter sido a primeira entidade a defender a substituição das comemorações do Treze de Maio para o Vinte de Novembro. Idealizador da referência à nova data, Oliveira Silveira defendeu que a ideia que moveu o grupo era de que "o treze não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel; a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro. E sem o treze era preciso buscar outras datas, era preciso retomar a história do Brasil" (2003, p. 24). Em pouco tempo a iniciativa do Grupo Palmares foi adotada pelo Movimento Negro Unificado criado em 1978, assumindo doravante um novo sentido ao ser denominado de Dia Nacional da Consciência Negra, sendo, portanto, um elemento chave para a constituição da identidade cultural negra do movimento (DOMINGUES, 2007).

O ano do Centenário da Abolição da Escravidão marcou também o aniversário de uma década do Movimento Negro Unificado. Há uma longa produção bibliográfica que se debruça nesse período, demonstrando o desenvolvimento de suas pautas antirracistas e sua ramificação territorial, as disputas internas e sua relação com a conjuntura política e partidária dos anos de 1980. Não obstante, partimos para a observação de um trecho adaptado manifesto "Centenário da Abolição", divulgado ainda nos primeiros meses de 1988 pela direção nacional do MNU, no qual foi declarado que:

> Para nós do Movimento Negro Unificado, 13 de maio não é um dia de festa, é o DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO. Denúncia da forma golpista como foi realizada a Abolição da Escravatura, sendo o negro desalojado do processo produtivo da nação, sem trabalho para garantir o seu sustento, sem terra para morar e produzir, sem escolas para garantir a sua educação, enfim, sem condições de realmente se integrar na nova sociedade que surge a partir de 1888. (...) Denunciaremos a situação do negro em toda a história do nosso país, bem como a atual, de como fomos e continuamos sendo escravizados, espezinhados e dominados. (Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado: Centenário Da Abolição. 1988)

A denúncia do manifesto assumiu concretude na realização das chamadas Marchas contra a Farsa da Abolição. Convocadas para o dia 11 de maio de 1988, essas mobilizações de protesto negro, de acordo com a avaliação de Flavia Rios (2012), manifestaram o segundo marco nacional do protesto anti-racista na história dos movimentos negros contemporâneos, uma vez que conformaram diversas marchas de protesto nas capitais brasileiras. Dentre essas, a Marcha convocada pelo Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) no Rio de Janeiro repercutiu nacionalmente ao ser interrompida por forças policiais e militares quando, no percurso em direção ao Monumento Zumbi dos Palmares, pretendia passar em frente ao busto de Duque de Caxias, localizado na Praça Onze. Na interpretação de Rodrigo Abreu (2015), longe de ser a expressão de um caso isolado, a tensão simbólica entre Duque de Caxias e Zumbi dos Palmares foi o ponto culminante de um longo processo de antagonismo entre o discurso canônico da história nacional propalada pelo regime ditatorial e os discursos e representações construídas no interior do movimento negro. Cabe destacar, nesse sentido, os atributos performáticos e pedagógicos que constituíram esse protesto como a presença de faixas e cartazes com os dizeres "1888-1988: Nada Mudou/Vamos Mudar" e os clamores em uníssono como "Não, não, não à discriminação", "Rei, rei, rei, Zumbi é o nosso rei...." juntamente ao canto de sambas-enredo da Mangueira e da Vila Isabel, ritmos e danças afro-brasileira (CULTNE, 2013).

Como apontam Michael Hanchard (2001) e José Augusto dos Santos (2013), para compreensão da presença do debate racial promovido pelo MNU na década de 1980 deveriam ser consideradas as relações diretas e indiretas entre o ativismo e a produção intelectual. Nesse sentido,

cabe considerar que a produção universitária de cientistas sociais e historiadores (as) comprometidos com a desconstrução do mito da democracia racial remontava à década de 1960, os quais estabeleceram diálogos e conflitos com intelectuais negros como Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos que já criticavam a ideologia da democracia racial desde a década de 1940. No entendimento de Santos (2013), os debates suscitados pelo Centenário da Abolição demarcaram um ponto de inflexão na interpretação da historiografia brasileira da escravidão, ao descolar-se de uma abordagem focada na transição estrutural do trabalho escravo para o trabalho livre em direção ao enfoque na agência dos escravizados, nas suas práticas de resistência e no período do pós-abolição. Essa interação entre o trabalho acadêmico e os movimentos sociais também é ressaltado por Sidney Chalhoub, cujas pesquisas foram fundamentais para tal mudança de paradigma:

> Um momento chave nesse caso foi o centenário da Abolição da escravidão, em 1988, que deu origem a uma série de iniciativas governamentais de celebração do evento. As efemérides propiciaram aos historiadores a ocasião para divulgar uma nova historiografia, cuja ênfase principal estava nos escravos como sujeitos de sua própria história, na importância da atuação deles no processo de extinção da escravidão. Simultaneamente, o movimento negro ocupava a cena pública criticando de modo incisivo as celebrações e a ideia da Abolição como concessão, dádiva. (...) A visão crítica dos historiadores e de militantes negros sobre as celebrações de 1988 transformou a sensibilidade pública e a interpretação dos eventos históricos, reconstruindo o significado da Abolição e os discursos sobre raça no Brasil. (2009, p. 220)

À vista disso, pode-se afirmar que o debate público catalisado pelas comemorações do Centenário da Abolição permite a verificação da conexão das relações raciais com os usos políticos do passado na esfera pública, assim como os efeitos da ressonância entre o MNU e a escrita da história.

Para tanto, tomemos como exemplo o ensaio escrito por José Murilo de Carvalho (1988) na edição especial comemorativa do caderno Folhetim da Folha de São Paulo, intitulado "A abolição aboliu o quê?". Para o historiador, tal revisão historiográfica no campo da escravidão representava um dos sentidos em circulação em torno da efeméride do Treze de Maio na conjuntura comemorativa do Centenário a Abolição. Carvalho iniciou sua reflexão ressaltando que cada grupo social ou geracional atribui o seu próprio significado às datas históricas, de modo que:

> Há hoje vários 13 de Maio competindo por corações e mentes. Há o 13 de Maio tradicional, o da Princesa Isabel, o da magnanimidade da Coroa, da doação da liberdade. Trata-se de espécie em extinção. Sobrevive em cartilhas escolares, na fala de homens de governo e, queiram ou não os militantes negros, em setores populares da população negra. No polo oposto, há o 13 de Maio maldito, o 13 de Maio engodo, empulhação, golpe branco contra o avanço da população negra. É espécie em ascensão. Foi gerado e expande-se especialmente dentro dos movimentos negros. Para substituí-lo na mitologia social constrói-se outra data histórica, o 20 de Novembro, morte de Zumbi. Enfim, há o 13 de Maio crítico, espécie também em ascensão. O valor positivo da data é mantido mas sob luz diferente. A ênfase deixa de cair sobre a ação da princesa, ou do governo em geral, e se transfere para o movimento popular, aí incluída a reação dos próprios escravos. Em vez de doação real, a

> data é vista como conquista popular. Tal versão germina nos meios acadêmicos envolvidos na revisão da historiografia da escravidão. (CARVALHO, Suplemento Folhetim, 1988, p. 8)

Todavia, a partir do trecho citado acima, observa-se que os lugares de enunciação "em ascensão" não estavam interligados na visão do historiador, pelo contrário, Carvalho parece entender a sua relação a partir da chave entre mito versus crítica, uma vez que pressupõe que a concepção do dia Vinte de Novembro não corresponde a uma crítica à efeméride, mas sim compõe a "mitologia social". Essa justificativa para a relação dicotômica e concorrencial é explicada do seguinte modo:

> A primeira versão deve ser deixada morrer em paz. A segunda estabelece oposição falsa entre o 13 de maio e o 20 de novembro, ao caricaturar o primeiro e mitificar o segundo. A terceira abre perspectivas de debates que me parecem mais promissoras se o problema negro for visto, como creio deve ser, como problema nacional e não apenas dizendo respeito a minoria oprimida. Mas na revisão do sentido da data é preciso ir além da estéril dicotomia doação/conquista. É preciso explorar outros sentidos que tornam o 13 de Maio mais inteligível e mais relevante para os dias de hoje. (CARVALHO, Suplemento Folhetim, 1988, p. 9)

O reconhecimento de que o "13 de Maio maldito", assim como o diagnóstico de que a historiografia consiste em uma "espécie em ascensão" denota o entendimento tanto da concorrência entre memória e história quanto sua relação opositiva (política) naquele contexto por parte do historiador.

A DESMISTIFICAÇÃO DO MITO DE FUNDAÇÃO DO BRASIL: ENTRE A CRÍTICA E A RETOMADA DA TERRA

A política comemorativa oficial do V Centenário do Descobrimento do Brasil teve como narrativa histórica a atualização do discurso do "descobrimento" português, fundamentando a escolha do espaço e da paisagem comemorativa na cidade de Porto Seguro na Bahia com a criação do Museu Aberto do Descobrimento e as realizações da cerimônia oficial do 22 de abril e da Missa dos 500 anos. Em uma articulação inédita na história brasileira, a constituição do Movimento "Brasil Outros 500" de Resistência Indígena, Negra e Popular representou a principal iniciativa contra hegemônica que se mobilizou para contestar a política comemorativa oficial a partir da publicação de manifestos e protestos no espaço público.

Na avaliação de Farias, o Movimento "Brasil Outros 500" representou:

> Uma articulação complexa e heterogênea que forma um campo discursivo de ação em que movimentos sociais, grupos e setores da sociedade com diferentes identidades, trajetórias, demandas, necessidades e projetos políticos forjaram uma união em torno da contestação dos sentidos das comemorações oficiais dos 500 anos. A constituição de tal frente de luta

> colocou o tema do colonialismo, das estruturas hierárquicas sociais e raciais e o passado de violência, repressão e genocídio na trajetória dos "500 anos do Brasil". (2018, p. 18)

Farias (2018) realizou um trabalho de reconstituição detalhada dos eventos de concepção da Conferência Nacional Indígena e da Marcha Indígena, mostrando como as organizações indígenas estiveram na gênese do Movimento "Brasil Outros 500", sendo, portanto, difícil a dissociação entre este e o Movimento Indígena brasileiro. Embora demarque-se o seu caráter coletivo, cabe enfatizar que não há um consenso em torno da definição do movimento indígena enquanto uma unidade, justamente pelos povos indígenas serem diversos tanto em sua dimensão étnica quanto organizativa. Não obstante a diversidade que marca a existência indígena no Brasil, a enunciação da identidade coletiva foi fundamental nas últimas décadas para a contraposição à identidade e memória nacional brasileira fundada na narrativa do descobrimento. Conforme afirma Ailton Krenak,

> para o governo, para todos os governos que se sucederam através da história deste país, o problema está resolvido: ignora-se o direito à existência dos índios. A própria imagem que nos é passada na escola conta a seguinte história: "quando Cabral chegou, o Brasil era habitado por índios". Aí, fecha rápido a cortina e pronto: "não há mais índios!". Acontece que há. O Estado prefere continuar ignorando o direito à existência de índios no Brasil, mas eles começam a se fazer representar junto às instituições. (KRENAK, 1985, p. 88)

Tal afirmação enunciada na conjuntura de transição de redemocratização na década de 1980 demonstra como a deslegitimação da história oficial e principalmente o mito de fundação do Brasil foi essencial para a luta indígena e a enunciação da legitimação da identidade indígena, o que concretamente ficou manifestado no contexto das comemorações do V Centenário do Descobrimento. A mobilização do protesto indígena na conjuntura dos 500 anos do Brasil refletiu a dinâmica organizacional assumida ao longo dos anos de 1990 pelo Movimento Indígena, a qual se reestruturou frente à mudança de realidade para os povos indígenas a partir da aprovação da Constituição de 1988.

Conforme Daniel Munduruku (2012), o caráter nacional da União Nacional Indígena (UNI) representada por lideranças das comunidades indígenas ao longo da década de 1980 deslocou-se para uma dimensão regionalizada, já que a partir do novo marco constitucional as demandas regionais e locais tornaram-se privilegiadas. Nesse sentido, a UNI foi diluída, sendo formado o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas Brasileiras (CAPOIB), ainda que organizações de caráter regionalizado como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) detinham grande autonomia. Foram essas organizações que tiveram o papel de protagonismo na idealização da Marcha e Conferência Indígena, juntamente com o apoio histórico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), iniciativas que se mesclaram com a agenda do Movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (MUNDURUKU, 2012).

A Marcha Indígena 2000 foi conformada pela jornada de quatro caravanas originárias das regiões norte, nordeste, centro-oeste e sul-sudeste que se dirigiram à Porto Seguro no mês de abril de 2000, onde, a partir do encontro dos coletivos regionais, ocorreu Conferência Nacional Indígena no território dos Pataxós, o que correspondeu a uma reunião de cerca de 3.600 representantes de comunidades durante quatro dias (FARIAS, 2018). Conforme declararam os idealizadores do movimento, na estrada desde o início daquele mês, homens, mulheres, jovens e idosos indígenas deslocaram-se a partir das cinco regiões do país, enunciando nas praças públicas das localidades em que passavam o objetivo de refazer o caminho da invasão portuguesa no sentido inverso com a finalidade de "retomar o Brasil" (VASCO, 2000)[3].

A repressão sofrida por esses homens e mulheres indígenas juntamente com os demais grupos que conformavam o Movimento "Brasil Outros 500" nas estradas de Porto Seguro no dia 22 de abril foi a metáfora da violência encoberta pelas celebrações organizadas pela política comemorativa. Conforme apontou Iara Schiavenatto (2019), a questão central que marcou o cenário comemorativo residiu no questionamento entre celebrar ou não celebrar o "descobrimento", indagação que fora elevada à debate nacional pelos movimentos sociais e pelos historiadores/as. Desse modo, as intervenções realizadas no contexto do V Centenário do Descobrimento do Brasil apresentam indícios que possibilitam a verificação de como os historiadores e historiadoras se relacionaram com o problema das relações entre passado e presente tanto no que se refere a dimensão da permanência das estruturas históricas quanto com relação à celebração da identidade nacional.

Essa questão aparece não somente a partir das suas reflexões, mas principalmente como pauta jornalística ao especialista em história. Conforme foi definido no site da Folha de São Paulo, a série de entrevistas realizadas entre março e abril de 2000 denominada "O Brasil por Historiadores" convidou os pesquisadores para "tratar de temas referentes ao legado cultural, social, político e econômico do passado para a formação da atual sociedade brasileira".

Esse foi um ponto explorado pelos jornalistas que realizaram as entrevistas com os historiadores e historiadoras, indagando João José Reis e Emília Viotti da Costa a respeito dos seus entendimentos com relação aos movimentos negros e a identidade negra:

> Folha - O que acha do movimento negro no Brasil hoje? Acha que o fato de grupos negros evocarem sua tradição cultural é uma forma de encarar a massificação apontada pela globalização?

[3] Em diálogo com Rufer (2010), essa articulação pode ser lida como um ato de torsão da linguagem da História ao promoverem a ocupação do espaço-tempo comemorativo através enunciação de um discurso histórica crítico que não foi somente narrada e escrita, mas também performatizada por meio da presença dos corpos indígenas.

> Reis - O movimento negro tem desempenhado papel fundamental ao alertar o país para o racismo, algo que não deve ser esquecido neste momento em que uma visão ingênua da miscigenação tende a ser revitalizada. Um dos negócios da comemoração dos 500 anos é enfatizar a imagem de um país que, porque é miscigenado, não tem clivagens raciais. Quando os negros celebram suas tradições culturais não estão exatamente se posicionando contra a massificação globalizante, mas contra o racismo doméstico. Usam também para tal fim informações facilitadas pela globalização, o caso do reggae na Bahia e no Maranhão e o do rap em São Paulo e no Rio. Globalização tem seu lado bom. (FOLHA ONLINE, 2000, p. 6)
>
> Folha - Como se mantém a identidade cultural africana, sobrevivente da diáspora causada pela escravidão, num cenário de globalização?
>
> Viotti - O que se tem visto por toda parte é o que Hobsbawn chamou de "a invenção da tradição". Os povos africanos de origens diversas, que pertenceram no passado a grupos étnicos distintos, com culturas e religiões diversas, foram transportados para a América, onde foram transformados em escravos. No Novo Mundo, eles criaram aos poucos uma nova identidade, que transcendeu muitas vezes as diferenças étnicas que originalmente os dividiam. Brancos e negros, cada um à sua maneira e por motivos diversos, inventaram uma África. Hoje, com as novas possibilidades oferecidas pela cultura de massa e pela mídia, multiplicaram-se os grupos que invocam a tradição africana. Invocar a tradição e a cultura tornou-se uma forma de resistência. Ultimamente se tem visto, por toda parte, um renovado interesse pela cultura. Por toda parte, os grupos que se sentiram excluídos tentam criar um espaço próprio. Às tendências globalizadoras, que supostamente pretendem uniformizar a experiência humana, eles opõem suas "tradições". Dessa forma, globalização e multiculturalismo não se excluem. São os dois lados de uma mesma moeda. (FOLHA ONLINE, 2000, p. 1)

A leitura sobre os movimentos negros diferencia-se, por um lado, da chave de concorrência com relação às interpretações históricas produzidas nos movimentos negros, conforme se percebeu no caso do Centenário da Abolição, assim como foram reconhecidas a legitimidade das suas lutas. Por outro lado, a correspondência percebida entre o mito nacional e o mito social parece ser reproduzida aqui através da nomenclatura da "invenção" das narrativas nacionais e da "tradição" e "cultura" negra.

FERIDAS HISTÓRICAS E LUGARES EPISTÊMICOS

Conforme foi delimitado na introdução, o objetivo de análise consistiu na reflexão em torno da interface entre os discursos dos historiadores e as ações dos movimentos negros e indígenas na crítica às políticas comemorativas oficiais. Para a apreensão das condições de possibilidade de formação dessa relação silenciosa, e principalmente dos seus efeitos e ressonâncias a partir da redemocratização brasileira, a noção de feridas históricas parece ser útil, pois demarca o caráter dialógico das relações entre historiografia e coletivos sociais para o estabelecimento da legitimidade pública de enunciação do legado do colonialismo e escravidão nas sociedades contemporâneas.

Chakrabarty (2007) mobiliza a noção de ferida a partir do filósofo Charles Taylor, concebendo-a como o ato de autoidentificação de um grupo coletivo enquanto "ferido" ao longo da

história, ação de enunciação que o historiador considera ter tido suas condições de emergência atreladas à retórica antirracista de luta da descolonização africana das décadas de 1950 e 1960. A base política de tal retórica residiria nas desvantagens sociais, discriminações e opressões raciais sofridas por negros e indígenas, as quais são interpretadas como consequências do passado colonial e escravista. Para desenvolver a noção, Chakrabarty (2007) parte do caso australiano marcado pela emergência do discurso dos povos aborígenes que denunciavam a retirada de crianças da posse de seus familiares pelos governos coloniais e missões jesuíticas, nomeando-as como "gerações roubadas". A partir desse caso, o historiador argumenta que a inserção da luta aborígine na pauta pública australiana através da narrativa histórica esteve em consonância com o desenvolvimento da escrita da história subalterna aborígene nos departamentos de história de universidades australianas a partir da década de 1980 (CHAKRABARTY, 2007). Nesse sentido, afirma que as investigações históricas que comprovaram as ações coloniais denunciadas foram um dos elementos constituintes da expressão "gerações roubadas", ainda que o epíteto "roubado" que qualifica a "verdade histórica" (empiricamente verificável) inscreve-a uma intensidade emocional e experiencial própria dos grupos aborígenes. Para a conformação de tal conjuntura, tanto a escrita da história comprometida ético politicamente com a história aborígene quanto a luta social contemporânea foi produto de condições políticas e sociais favoráveis que permitiram a constituição e consolidação deste discurso de ferida histórica desde as últimas décadas do século XX na Austrália (CHAKRABARTY, 2007).

Em vista disso, considera-se válida a possibilidade de pensar as semelhanças entre o caso australiano e a conjuntura brasileira entre as décadas de 1970 e 2000, questionando de que modo as expressões "farsa da Abolição e "invasão portuguesa" enunciadas pelos movimentos negros e indígenas se articularam com as renovações historiográficas da história do Brasil Colonial, da história da escravidão e da história indígena ocorridas concomitantemente com a institucionalização dos programas de pós-graduação a partir da década de 1970 e o processo de redemocratização brasileiro[4].

Um dos pontos de partida da pesquisa consistiu no pressuposto de que a denúncia das dimensões eurocêntricas e dos silenciamentos constituintes da linguagem nacional brasileira teve

[4] Há uma vasta bibliografia sobre a produção historiográfica dos anos de 1980, considerando suas dimensões epistemológicas e teórico-metodológicas, bem como, por exemplo, as temáticas da história do colonialismo e da escravidão. Para este artigo, devido a suas limitações espaciais, cabe reforçar que o interesse não consiste em analisar tais produções historiográficas, mas sim verificar o modo como as intervenções de historiadores e historiadoras acadêmicas - somente daqueles analisados no corpus da pesquisa - realizaram intervenções no espaço público e como esses posicionamentos se articularam com as normas e procedimentos da operação historiográfica realizada no Brasil no final do século XX. Abordo essas questões detalhadamente no texto de dissertação, mobilizando a categoria de virtudes epistêmicas a partir dos estudos de João Ohara (2017).

como atores protagonistas nesse processo a historiografia profissional, acadêmica juntamente aos movimentos negros e indígenas. Nesse sentido, com base na integra do corpus documental analisado na pesquisa, buscou-se verificar as relações ético-políticas que conformaram as conexões funcionais entre escrita da história e historicidades negras e indígenas. A partir disso, o problema analítico consistiu na tentativa de desenredar as relações de poder que conformam o aparente ponto cego de tal imbricamento que consolidou as feridas históricas do colonialismo e da escravidão no debate público no Brasil há pelo menos desde a década de 1970. Desse modo, foi observado que o compartilhamento da crítica aos discursos oficiais comemorativos esteve caracterizado pela enunciação do questionamento dos sentidos hegemônicos relacionadas às efemérides. Entende-se que essas intervenções podem ser definidas como *atitudes de desmistificação* de narrativas e memórias hegemônicas que, por sua vez, fundamentaram a enunciação da descelebração das efemérides do Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril.

A observação das consignas "A Farsa da Abolição" e "Invasão portuguesa" expressam esses sentidos comungados, embora os historiadores e historiadoras não mobilizassem os "epítetos" nas suas explicações históricas, manifestando as questões epistemológicas que caracterizam e particularizam o conhecimento histórico crítico produzido profissional e academicamente nos programas de pós-graduação. Desse modo, a análise dos dois contextos comemorativos permitiu a verificação das formas em que o conhecimento histórico se entrelaçou com outras modalidades de discursos e representações no processo de disputa pela gestão da memória coletiva brasileira.

Entende-se que essas relações podem ser observadas a partir de dois ângulos. Mobilizando o par conceitual arquivo e repertório da antropóloga norte-americana Diana Taylor (2013), considera-se que, em primeiro lugar, pode ser observado a conjugação entre a memória arquival informada pelo lugar epistêmico do arquivo nacional e o repertório performático-ritualístico que conformam as práticas comemorativas nacionais. Assim, em diálogo com Temístocles Cezar (2018), a linguagem comemorativa tem como rede semântica primordial a retórica da nacionalidade constituída pela herança historiográfica das oficinas do IHGB no século XIX. A partir dessa chave de conjugação entre ritualização da história e retórica da nacionalidade, pode-se afirmar que as comemorações atualizaram o repertório de narrativas e imagens, exclusões e hierarquias construídas por uma modalidade disciplinar de escrita da história que teve como finalidade prática "persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação nacional, compartilhavam um passado comum e, consequentemente, igual origem e identidade" (CEZAR, 2018, p. 253). Nessa modalidade de conjugação entre arquivo e repertório que compõe a linguagem comemorativa nacional, as práticas comemorativas fizeram um "uso reverente" do conhecimento histórico ao ser acionado e animado pelas performances e discursos de celebração nacional.

As condições históricas que conformaram as lutas sociais e políticas do Brasil desde a década de 1970 parecem ter acionado e animado o "uso insubmisso" do arquivo motivado pelos movimentos negros e indígenas, o que implicou, dentre outras questões, nas intervenções críticas dos historiadores e historiadoras profissionais, acadêmicos frente às políticas comemorativas oficiais, inscrevendo a inclusão de negros e indígenas como sujeitos da história na linguagem comemorativa nacional que os excluiu e hierarquizou. Os historiadores e historiadoras estiveram assim em uma luta com e contra a tradição historiográfica como definiram Arthur Ávila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin (2019).

Em vista disso, pode-se inserir esse movimento ético-político no longo processo de democratização e autonomização da historiografia brasileira na sua relação umbilical como o Estado-Nação que se acelerou com a institucionalização dos programas de pós-graduação, tornando-a cada vez mais complexa e tensa. Entendendo como a manifestação de uma aposta na democratização como consciência crítica da história, Turin (2020) situa o processo de redemocratização ocorrido no final do século XX e as políticas de ações afirmativas das universidades implementadas ao longo das primeiras duas décadas do século XXI como dois momentos políticos e sociais que impulsionaram os historiadores e historiadoras a revisar temas consagrados, desvelar silenciamentos herdados e ressignificar conceitos como cidadania. As comemorações do Centenário da Abolição em 1988 e o V Centenário do Descobrimento do Brasil em 2000 situaram-se nesse primeiro marco em que ocorreu a complexificação da leitura dos períodos coloniais e imperiais através da tematização do sistema colonial, do papel estrutural da escravidão e o início do investimento na história indígena (TURIN, 2020). À vista disso, interessa destacar que nessa reconfiguração das relações entre cientificidade, representação historiográfica e o conceito de cidadania, "as frágeis fronteiras entre um "passado prático" e um "passado histórico" ficaram cada vez mais tênues, suscitando, inclusive, debates e revisões de protocolos disciplinares consagrados, como o de "distanciamento" (TURIN, 2020, p. 11).

Entende-se que os apontamentos realizados neste texto coincidem com essa observação da porosidade entre a produção historiográfica e a produção de narrativas emancipatórias por movimentos sociais o que, no limite, aponta para o esgotamento da abordagem concorrencial entre história e memória. Como foi observado acima, em ambos os contextos, foi verificado a permanência dessa chave de leitura analítica e política nas intervenções dos historiadores e historiadoras, a qual estruturou a compreensão de assuntos subjacentes como a afirmação das identidades étnicas e raciais. Em torno disso, é importante destacar que a definição das fronteiras entre "saber científico" e "saber prático" está baseado no problema de fundo da relação entre o regime de autonomia do

discurso histórico com outras formas de historicidade, sendo disputada e negociada pela historiografia brasileira desde o século XIX. De acordo com Araújo:

> Parece-me que a ênfase hoje dada no debate a uma explosão da demanda por história e de novas formas de representação tende a exagerar o seu aspecto recente, pois desde o XIX, pelo menos, que a história disciplinar teve de disputar e conviver com inúmeras outras fontes de história. Nesse sentido, uma tarefa atual da História da Historiografia tem sido repensar essa relação que foi silenciada como parte da estratégia discursiva da disciplina. (2017, p. 204)

Tendo em vista essa produção do silenciamento como parte da legitimação do discurso histórico frente ao espaço público, entende-se que a interação entre historiografia e movimentos sociais foi efetiva no estabelecimento das feridas históricas do colonialismo e da escravidão desde a redemocratização. Não obstante, pode-se afirmar, considerando as intervenções de historiadores e historiadoras analisadas na pesquisa e as conjunturas dos objetos analisados, que a dificuldade de encontrar o elo entre os dois lugares de enunciação se deve à ordem discursiva no ambiente historiográfico que tratou de invisibilizar o caráter político de tal reciprocidade para salvaguardar a legitimidade científica da produção do conhecimento histórico nos programas de pós-graduação. Os contextos comemorativos, assim, de intensa catalisação da história nacional, são momentos em que as relações funcionais se tornam mais evidentes.

Nessas conexões, a função das historicidades negras e indígenas consistiu em orientar, motivar e politizar a produção historiográfica, a qual se autoprojetou a tarefa de verificação crítica da memória que, por um lado, se manifestou principalmente na busca da desmitificação de mitos e narrativas hegemônicos e, por outro lado, esteve atenta e absorveu as críticas dos discursos produzidos no interior dos movimentos sociais. Como afirma Francisco Gouveia de Sousa, "'a história dos vencidos', antes de ser escrita da história, foi uma crítica à produção acadêmica" (2018, p. 170).

Assim, parece que um dos efeitos do alinhamento na tarefa de desmistificação da narrativa da miscigenação e do mito da democracia racial consistiu na desconstrução de diversos estereótipos históricos e discriminatórios étnico-raciais na sociedade brasileira. No entanto, em diálogo com Araújo (2017) e Pereira (2018), entende-se que o reconhecimento da pluralidade de vozes do passado que caracteriza a historiografia brasileira não implicou necessariamente na consideração da coexistência contemporânea de lugares epistêmicos de enunciação sobre o passado.

Desse modo, parece ser fundamental a atenção à dimensão epistemológica das historicidades produzidas pelos movimentos negros e indígenas, de modo que suas emergências durante a conjuntura de redemocratização são compreendidas como a expressão da luta social pela democratização dos espaços de produção de narrativas e representações do passado na sociedade brasileira. Nesse sentido, dialoga-se com Nilma Lino Gomes (2017) e Munduruku (2012), uma vez

que tais pesquisadores partem do pressuposto de que os movimentos negros e indígenas contemporâneos surgidos nos anos 1970 constituem-se como sujeitos coletivos de conhecimento que reelaboraram a interpretação da trajetória histórica de negros e povos indígenas a partir da chave da memória e identidade coletiva calcadas na premissa da politização da diferença étnico-racial brasileira. Nesse sentido, os pesquisadores chamam a atenção para o caráter educativo, democrático e emancipatório subsumidos nas lutas negras e indígenas manifestadas nas suas diversas práticas, discursos, mobilizações, performances e manifestações públicas. Gomes e Munduruku entendem os movimentos negros e indígenas como espaços educativos e políticos, onde se produzem saberes emancipatórios compromissados com uma educação das relações étnico-raciais. Desse modo, evidenciam que os coletivos negros e indígenas não somente expressaram a emergência de novos atores políticos na esfera pública brasileiras, mas representaram a construção e inserção de novas interpretações e conceitos sobre questões históricas e sociais da sociedade brasileira.

Nesse sentido é que parece ser necessária a observação de que a maneira como a história interroga a memória social não pressupõe apenas uma questão teórico-metodológica, mas tal operação é condicionada por relações de poder imbricadas com as dimensões étnico-raciais que autoriza e legitima determinados modos epistemológicos e ontológicos de produzir as relações entre passado, presente e futuro (RUFER, 2010). Considera-se que tal posicionamento indicou a dificuldade dos historiadores e historiadoras estudados de pensar a historiografia como uma modalidade que compõe um conjunto de formas de dar sentido político ao passado e à temporalidade no espaço público. Embora tenha a preocupação de demarcar seu posicionamento crítico, conforme observado nas fontes analisadas, os historiadores e historiadoras se colocaram somente como analistas da esfera pública dos usos políticos do passado e especialistas do passado no contexto comemorativo e não como atores ativos dela.

Em vista disso, pode-se afirmar que os cenários comemorativos nacionais analisados menos como uma arena de disputa pela fixação de novos sentidos e interpretações do passado do que prismas que expressam a condensação da tensão entre lugares assimétricos de enunciação de narrativas e modos de estabelecer relação com o passado que são condicionados pela linguagem nacional do Estado-Nação.

Assim, observa-se pontos de contato na construção de sentidos dos legados do colonialismo e da escravidão no final do século XX no Brasil, os quais tiverem como efeito a desconstrução de narrativas e representações acadêmicas e nacionais e de estereótipos discriminatórios e racistas, assim como na restituição da agência histórica de grupos subalternizados social, invisibilizados na historiografia e na memória social. Não obstante, essa interface não ficou ausente de pontos de

tensão, os quais foram observados nessa pesquisa somente a partir da perspectiva dos historiadores e historiadoras. Nesse sentido, a partir das análises das fontes selecionadas, o "desencontro" mais evidente parece ter sido a interdição observada de parte de historiadores ao uso político do passado para a afirmação identitária seja a identidade nacional seja a identidade negra e indígena.

Essa questão pode ser encaminhada para pensar como os historiadores e movimentos sociais fundamentaram modos distintos de construção da temporalidade do legado histórico do colonialismo e escravidão nos cenários comemorativos. Nesse sentido, Trouillot (2016) questiona se o "legado do passado" pode não ser legado pelo passado, mas construído posteriormente aos seus acontecimentos através da sua ativação e mobilização por atores sociais, no sentido de se recusar a separação entre os acontecimentos do colonialismo e da escravidão do presente contemporâneo. Essa parece ter sido o ponto de fundo de divergência, já que o passado da escravidão esteve entrelaçado ao processo de constituição da luta dos movimentos negros contra as formas de dominação e discriminação contemporâneas, de modo que para a pauta política antirracista enunciada no Centenário da Abolição, a escravidão não "precede" o presente, mas a construção do coletivo é paralela à construção do legado da escravidão. De forma semelhante, quando os povos indígenas enunciaram "a retomada do Brasil" refazendo "os caminhos da grande invasão" o legado do colonialismo estava intimamente ligado às invasões contemporâneas dos territórios indígenas e à inoperante burocracia estatal que negava os direitos conquistados na Constituição de 1988.

Desse modo, a diferença recai na continuidade entre passado e presente, isto é, na manutenção do racismo estrutural no ínterim entre 1888 e 1988 e no permanente avanço da estrutura colonialista de dominação sob os territórios indígenas entre 1500 e 2000, continuidade que não demarca o tempo transcorrido cronologicamente, mas sim "a cadeia de momentos, práticas e símbolos desarticulados que compõem a trama das relações históricas entre os eventos e a narrativa" (TROULLOT, 2016, p. 234). Por isso, nas historicidades negras e indígenas estavam incluídos não somente os efeitos do colonialismo e da escravidão, mas a própria reprodutibilidade das suas marcas e formas contemporâneas pelos regimes políticos do século XX, sendo assim um legado não derivado do passado, mas permanente e constituinte do presente. Parafraseando as afirmações do historiador haitiano sobre a latência da escravidão nos Estados Unidos, é possível afirmar que nos cenários comemorativos do Centenário da Abolição da Escravidão e do V Centenário do Descobrimento do Brasil, as estruturas do colonialismo e da escravidão eram fantasmas que assombravam o presente como figura pretérita, mas latente no presente, de maneira que a questão era menos a representação histórica das conjunturas da chegada das caravelas de Cabral e da assinatura da Lei Áurea do que o desafio de representar esses fantasmas que driblavam a fenda entre passado e presente, do que é vivo e do que é morto. Por isso, justamente pelas suas latências no presente das efemérides, suas celebrações foram recusadas e seus silenciamentos denunciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Rodrigo B. *A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira*. Dissertação (Mestrado em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ARAUJO, Valdei Lopes. O direito à História: o(a) historiador (a) como curador (a) de uma experiência socialmente distribuída. In Géssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

_____. A Independência Narrada: introdução à história da historiografia. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). Apresentação. *A História (in)Disciplinada*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

CARVALHO, José M. A abolição aboliu o quê? *Folha de São Paulo*, São Paulo. Folhetim. 13 de maio. 1988, ed. n° 21.590, p.8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10232&anchor=4121614&origem=busca&originURL=>.

CEZAR, Temistocles. *Ser historiador no século XIX*. O caso Varnhagen. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 253p.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História social do trabalho, história pública. *Perseu:* História, Memória e Política, v. 3, p. 219-228, 2009. Disponível em: < https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/185>. Último acesso em: 28 jul. 23.

CHAKRABARTY, Dipesh. History and politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun. (eds). *Manifestos for History*. Routledge, New York, 2007.

COHEN, David W. Preface; *The production of history*. The Combing of History. University of Chicaco Press, 1994

COLOMBO, Sylvia. Brancos e negros inventaram uma África, diz Viotti. Brasil por historiadores. Folha Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2404200008.htm>.

_____. "Não creio em solução", diz João José Reis. Folha Online. Brasil por historiadores. Folha Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc24.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt>. Último acesso em: 28 jul. 23.

FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: *Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000)*. 2018, 193f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35098>. Último acesso em: 28 jul. 23.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). *Qual o valor da História hoje?* 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

KRENAK, Ailton. Os índios não estão preparados para votar, para trabalhar, para existir. *Revista Lua Nova*. v. 1, n.4. São Paulo: CEDEC/ Ed. Braziliense, 1985.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (19701990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Editora Autêntica, 2°ed, Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, M. da Glória de.. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, v. 11, p. 104, 2018. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414. Último acesso em: 28 jul. 23.

OHARA, João.Virtudes Epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990). 2017. 154f. *Tese* (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da - Universidade Estadual Paulista. Assis, 2017.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, v. 10, p. 88-114, 2018.

PEREIRA, Luisa Rauter.; GAIO, G. G. Ativismo, Movimentos Sociais e Politização do Tempo: Possibilidades dos Feminismos no Brasil Contemporâneo. In: Daniel Pinha; Géssica Guimarães; Marcelo de Mello Rangel. (Org.). *Diante da Crise. Teoria, História da Historiografia e Ensino de História Hoje*. 1ed.Vitória: Milfontes, 2021, v. 1, p. 51-69.

RIOS, Flavia. O Protesto Negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). Lua Nova (Impresso), v. 85, p. 41-79, 2012

RUFER, Mario. *Nación en escenas: memória pública y usos del passado en contextos poscoloniales.* México: El Colegio de México, 2009. _____.

_____. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Mem.soc*/Bogotá (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010.

_____. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. *Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente* (Buenos Aires: CLACSO, enero de 2016).

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000). *Práticas da História*, n.º 8 (2019): 49-83.

SEGATO, Rita Laura. Identidades Políticas/Alteridades Históricas: Una Crítica A Las Certezas Del Pluralismo Global. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 97, 1998.

SIMAS, Alicy de Oliveira. "*Praça pública do pensamento": historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991*). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/5062/Alicy_de_Oliveira_Simas_Disserta__o_16139948858456_5062.pdf>. Último acesso em: 28 jul. 23.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto [org.]. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.* Brasília: INEP, 2003, p. 23-42.

SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *ANOS 90*, Porto Alegre, v. 24, p. 159-181, 2018. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/74972>. Último acesso em: 28 julho de 23.

TAYLOR, Diana. *O Arquivo e o Repertório: performance e memória cultural nas Américas.* Trad: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

TRAPP, R. P.. Historia, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. *Revista de Teoria da História*, v. 22, p. 52-77, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/59414>. Último aceso em: 28 jul. 23.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História.* Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a História Disciplinar a História como serviço. *Almanack*, V. -, p. 1-39, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alm/a/h65DrB8zdnc8YVnYggR8gLq/?lang=pt. Último acesso em: 28 jul. 23.

VASCO. K. Caravanas vão sair de todas as regiões. Jornal Porantim, Brasília, Jan/Fev - 2000, Encarte Brasil Outros 500, p. 4.